

**PLAN ESTRATÉGICO**  
**CASA ÁFRICA**  
**2022-2024**



**CASA ÁFRICA**



## Conteúdo:

<b>África: o nosso vizinho</b> .....	3
<b>De que se trata este Plano?</b> .....	5
<b>Quadro de atividade da Casa África</b> .....	10
Quadro administrativo.....	10
Propósito.....	11
Situação geoestratégica.....	13
Contexto socioeconómico atual.....	14
Prioridades das entidades associadas.....	15
Ministérios dos Negócios Estrangeiros, União Europeia e Cooperação (MAUC).....	15
Governo das Canárias.....	16
Câmara Municipal de Las Palmas de Gran Canaria .....	17
Outras prioridades relevantes para a atividade da Casa África .....	17
<b>Estratégia 2022-2024</b> .....	18
Missão, visão, valores e lema.....	18
Objetivos Gerais.....	19
Objetivos da Instituição.....	21
Eixos substantivos .....	23
Temáticas de Prioridade.....	23
Prioridades geográficas .....	26
Eixos Transversais.....	27
Eixos Instrumentais .....	28
Quadro de atividade operacional.....	30
<b>Atividade operacional e seu alcance</b> .....	30
Áreas de atividade .....	30
Planos.....	30
<i>Stakeholders</i> (grupos de interesse) da Casa África .....	32
<b>ANEXO I: Panorama-Quadro da Casa África 2022-2024</b> .....	34
<b>ANEXO I: A nova diplomacia pública e a diplomacia pública espanhola</b> .....	34
<b>ANEXO II: Hipótese da diplomacia pública da Casa África e objetivos gerais</b> .....	35
<b>ANEXO III: Origem da atividade da Casa África e contexto histórico</b> .....	36
<b>ANEXO IV: Programa-Quadro das temáticas de prioridade da Casa África e as Estratégias de Ação Externa de Espanha 2021-2024, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e Objetivos da Agenda 2063 da União Africana</b> .....	41
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 .....	42



## África: o nosso vizinho

Num mundo cada vez mais interligado, a relação europeia com o continente vizinho – África – é base fundamental tanto para Espanha como para o bem-estar da sua população. Este facto incide quer na política externa espanhola quer a nível local, tal como é possível observar no caso das Ilhas Canárias e outras comunidades autónomas que mantêm laços estreitos com África. O futuro de África não é menos problema do que a luta pela paz, os direitos humanos, a igualdade de género, as alterações climáticas, a transição ecológica e digital... São questões mundiais que nos afetam a todos e exigem soluções para além das próprias fronteiras espanholas.

A diplomacia pública aborda estes desafios transfronteiriços através de uma perspetiva positiva de cooperação mútua "entre iguais". Como estratégia de ação externa, reconhece igualmente a importância do capital sob a sociedade civil e a opinião pública nas relações internacionais, aquando de posicionar um país na agenda global. Assim, a mútua consciencialização, a confiança e as alianças de longo prazo, bem como o diálogo construtivo entre africanos e espanhóis, são as ferramentas mais adequadas para a procura comum de novas soluções.

À diferença da diplomacia clássica, exercida por diplomáticos e destinada sobretudo a outros diplomáticos ou representantes do governo externo, a

diplomacia pública é um conceito bastante mais amplo. Inicialmente, esta diplomacia está destinada à sociedade civil e é exercida por todo e qualquer tipo de agente (governamental e não governamental) em prol dos interesses do país. Por exemplo, no caso de Espanha, o objetivo é dar a conhecer África no país e possibilitar que se deem a conhecer fatores-chave de ambas fronteiras.

Esta tarefa, realizada pela Casa África em prol da população espanhola e africana, tem manifestando influência nas alterações sociais, económicas, tecnológicas, ambientais e culturais apresentadas ao longo dos tempos. A pandemia de COVID-19, bem como as respetivas crises sanitária, social, económica e migratória, revela a importância da interdependência entre países e da cooperação internacional para abordar desafios comuns. A diplomacia pública apresenta mecanismos, como a consciencialização e confiança mútuas, compreensão e solidariedade, fundamentais para a construção dos principais parceiros ecossistemas internacionais. Não obstante, torna-se vital os espanhóis contarem com os africanos que vivem no seu país para esta mesma construção.

As mudanças provocadas pela pandemia não colocaram apenas os recursos digitais no centro da diplomacia pública, mas também o pensamento estratégico. De modo a encarar certas ameaças e desfrutar das oportunidades que se apresentam, estas mudanças deixam



evidenciar a vantagem de ter uma visão do futuro e um planeamento estratégico eficiente. Em resumo, pretende-se que o plano estratégico seja cumprido da seguinte forma: preparar a instituição “Casa África” para dar uma melhor resposta às necessidades atuais da sociedade civil

e suas futuras exigências. Porém, nunca está demais relembrar o compromisso da população de trabalhar por um mundo mais justo e solidário e uma Espanha e África mais próximas.

## Resumo das prioridades estratégicas 2022-2024



### De que se trata este Plano?

O IV Plano Estratégico da Casa África, aprovado pelo Conselho Diretivo do

Consórcio e disposto na XXVII Reunião –celebrada a 17 de dezembro de 2021–, estará vigente até 2024. Tem, como objetivo, dispor a atividade da instituição com as



necessidades dos seus *Stakeholders* (grupos de interesse), bem como incrementar melhores resultados do seu plano em concordância com a missão, a visão, os valores e os objetivos propostos.

O quadro regulamentar para o projeto do Plano Estratégico está definido pelos princípios gerais de estratégia das entidades públicas, previstos na Lei 40/2015, 1 de outubro, do Regime Jurídico do Setor Público: planeamento estratégico (por objetivos), controlo de gestão, avaliação dos resultados das políticas públicas, eficácia no cumprimento dos objetivos delineados e economia, suficiência e rigorosa adaptação dos meios para fins institucionais.

Às entidades do *Setor Público Estatal* (Casa África, por exemplo), a referida lei estabelece igualmente a obrigação de dispor de um plano plurianual com a discriminação das linhas estratégicas da entidade. A instituição deverá também elaborar tantos planos quanto a atividade do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

O processo de elaboração do presente Plano teve, como ponto de partida, tanto as prioridades das entidades associadas da Casa África como os compromissos

internacionais de Espanha relevantes para a diplomacia pública espanhola com África. Apesar de o Conselho Diretivo da instituição só ter tido conhecimento do esboço do plano na reunião de 29 de julho de 2021, integrou ainda os valiosos

contributos dos membros dos conselhos da Casa África, de modo a fortalecer as diversas sinergias entre as respetivas prioridades.

Além disso, foram tomadas em consideração as necessidades dos cidadãos, e outros *Stakeholders* (grupos de interesse) da Casa África, como seus colaboradores e representantes africanos em Espanha, manifestadas em diálogo e através de um questionário aberto divulgado pelos canais oficiais da instituição no período entre 29/07/2021 e 15/09/2021: redes sociais e [www.casafrica.es](http://www.casafrica.es).

Uma vez aprovado pelo Conselho Diretivo da Casa, o documento definitivo é publicado no *website* oficial da instituição: [www.casafrica.es](http://www.casafrica.es).

O Plano está dividido em três principais secções:

**1)** avaliação da atividade da Casa, com a apresentação de aspetos administrativos do governo, contextualizados com a sua situação atual, e respetivos Objetivos Gerais.

**2)** estratégia proposta para os próximos três anos. Estabelecido a partir de duas técnicas comuns de análise de planeamento estratégico: PESTAL (análise Política, Económica, Social, Tecnológica, Ambiental e Legal) e SWOT (análise das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças). Enquanto a análise SWOT (considerando a sua atual situação interna e externa) facilita a identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da própria



instituição, a análise PESTAL é utilizada para atender –com uma visão no futuro– os elementos-chave do ambiente externo.

Disposição da *Missão*, *Visão* e *Valores* da instituição que delineiam a meta e o caminho a seguir nos próximos três anos. Com base nestes três setores, estão já descritos as secções de *Objetivos Gerais* da instituição, as *Metas Institucionais* e dois tipos de eixos estratégicos: *Eixos Substantivos* (dá prioridade a importantes áreas temáticas como «De que se trata?») e *Eixos Transversais* (estabelecem o processo para conseguir melhores resultados e definidos como fatores-chave para o sucesso, «Como prestar um serviço?»). E, por último, na secção *Recursos*, está estabelecido como dispor e controlar os recursos para um devido cumprimento da *Missão* e *Visão* (respondem à pergunta «Como dispor e controlar os recursos?»).

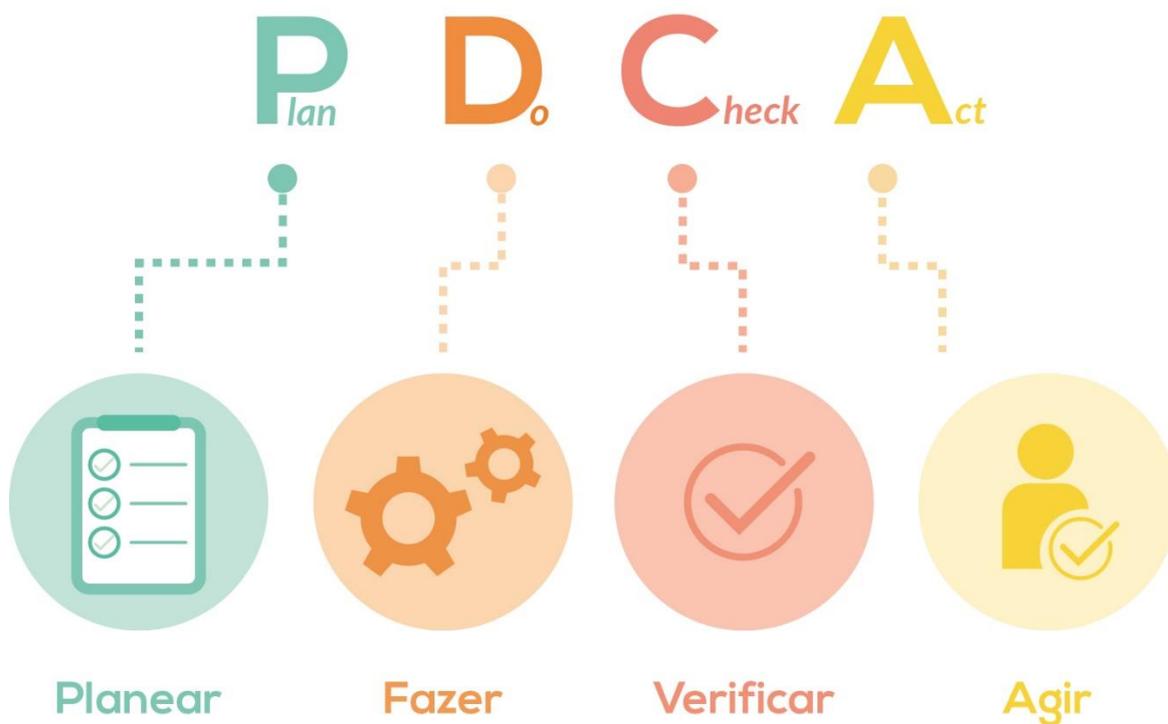
**3) Exposição da estrutura operacional da instituição e entendimento da definição dos seus planos.**

Deste modo, surgem os reconhecidos Planos de Ação Anual (PAA) – planos operacionais com uma máxima importância pela disposição das prioridades estabelecidas no presente Plano Estratégico e cujo objetivo é conseguir a maior coesão possível na sua atividade. Planos sujeitos a qualquer alteração, se necessário. Em virtude da definição dos planos depender dos recursos disponíveis, cada objetivo (operacional, específico, acessível, realista, significativo e delimitado no

tempo) é determinado através do nível de cada plano. Os PAA, documentos independentes, deverão ser aprovados pelo Conselho Diretivo no último semestre do ano anterior, à sua entrada em vigor, e estar disponíveis no *website* oficial da instituição.

Como entidade pública, a Casa África dispõe de um *Sistema de Acompanhamento e Avaliação* com indicadores de desempenho que possibilitam concluir, através de informação objetiva, o grau de cumprimento do Plano de Ação Anual (anos de 2022-2024), bem como os resultados do Plano Estratégico em vigor.

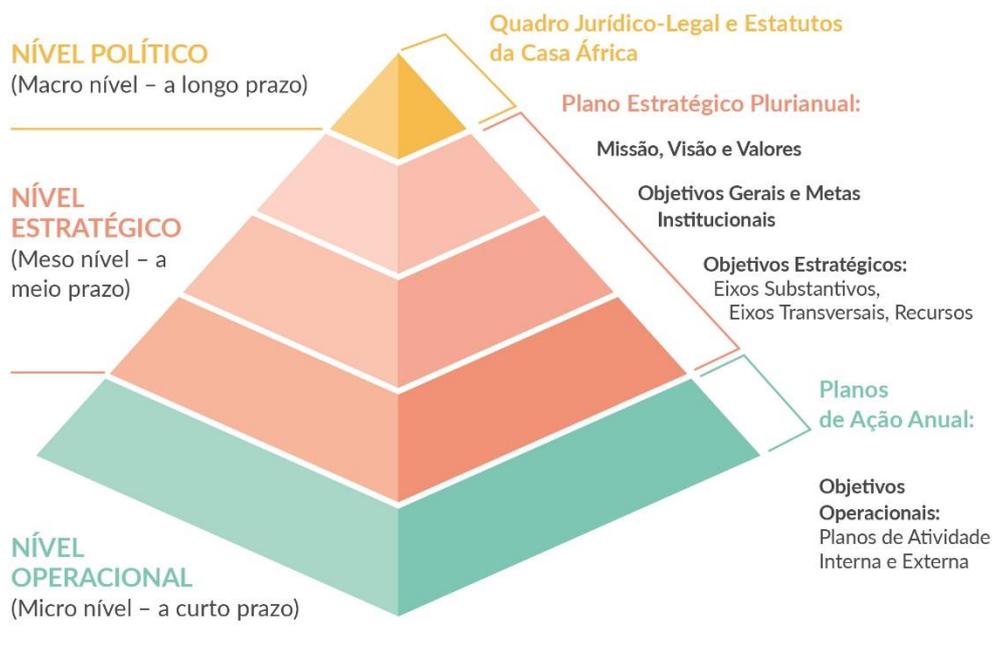
O presente Plano tem, como objetivo, garantir a concretização de objetivos e fornecer informação sobre o seu devido cumprimento, bem como as irregularidades e respetivas causas que poderiam ocorrer. A avaliação dos resultados constitui, assim, uma ferramenta importante no desenvolvimento da melhoria contínua da qualidade que é, deste modo, parte integrante do ciclo “Planear-Fazer-Verificar-Agir” (igualmente conhecido como ciclo PDCA, abreviatura em inglês de *Plan-Do-Check-Act*).



Convém salientar que o sucesso deste plano depende tanto do processo de implementação, liderança na gestão e participação da equipa, bem como da alocação de recursos económicos, humanos, administrativos e tecnológicos.

## Hierarquia das metas e objectivos

---



## Divulgação de resultados



### Quadro de atividade da Casa África

#### Quadro administrativo

O Consórcio Casa África está constituído pelos seguintes organismos: o Ministério de Negócios Estrangeiros, União Europeia e Cooperação (MAUC), o Governo das Canárias e a Câmara Municipal de Las Palmas de Gran Canaria.

Fundado a 26 de junho de 2006, sob a forma de **consórcio público**, atua como Entidade de Direito Público, de natureza interadministrativa, com personalidade e capacidade jurídica particulares. Este consórcio está inteiramente integrado no Setor Público e contíguo ao MAUC

(principal entidade associada). Como parte integrante da **administração pública espanhola**, vê as suas contas anuais serem auditadas pela IGAE (Inspeção Geral das Atividades Económicas) e publicadas no BOE (Boletim Oficial de Estado) e a sua atividade fiscalizada pelo Tribunal de Contas. Conta ainda com um portal de transparência na sua página web institucional.

O Consórcio Casa África rege-se pelo disposto nos seus **Estatutos**, cuja sexta e última versão fora aprovada pelo Conselho Diretivo a 18 de dezembro de 2018. Aqui está estabelecido, como objeto da sua atividade, o desenvolvimento das relações com África, através da gestão de ações de formação e atividades socioculturais,



institucionais e de apoio à cooperação e desenvolvimento económicos. Trata-se igualmente de um espaço de encontro e reflexão que visa o desenvolvimento de mútuo conhecimento entre Espanha e o continente africano, bem como a difusão do arquipélago das Canárias como plataforma de conhecimento, serviços e cooperação com África. Além disso, deverá prestar serviço às representações diplomáticas dos países africanos na difusão das realidades dos seus países.

A instituição, composta pela Casa África, Casa de América, Casa Árabe, Casa Ásia, Casa Mediterrâneo e Centro Sefarad-Israel, é parte integrante da **Rede de Casas** do Ministério de Negócios Estrangeiros, União Europeia e Cooperação. De acordo com o próprio Ministério, este conjunto de instituições constitui "*uma prestigiada rede de **diplomacia pública** do Governo de Espanha orientada para a cooperação política e económica, diálogo intercultural, mútuo conhecimento e fortalecimento de laços entre sociedades nas diferentes áreas geográficas em que atua*". A Casa África representa o compromisso de Espanha e das Canárias pela África e, em especial, pela África subsariana.

## **Propósito**

A diplomacia pública espanhola forma parte do trabalho da Casa África. A diplomacia pública é uma das áreas das relações internacionais que, durante a última década, "ganhou terreno" a nível internacional como estratégia de ação externa de muitos

países desenvolvidos. Independentemente dos progressos académicos e do trabalho no terreno, este termo não apresenta uma única definição consensual com limites claros. Não obstante, **o facto de a diplomacia pública entrar numa fase de amadurecimento e de profissionalismo contribuiu para a sua determinação cada vez mais, com o tempo, na sua integração de ações transparentes de comunicação de um país, bem como na criação de redes de contacto e alianças para, assim, obter uma melhor aceitação dos seus valores, interesses e posições em contexto mundial. Trata-se, assim, de relações de mútuo benefício que sempre estão em busca de novas soluções a desafios comuns.**

O *Propósito* da Casa África visa aprimorar as relações de mútuo benefício entre Espanha e África, a fim de incrementar o desenvolvimento cultural e socioeconómico de ambos países e a criação de um mundo melhor.



Os valores da Casa África diferenciam-na de outros agentes, dado que proporcionam uma qualidade e identidade própria de serviços. Distinguimo-los como as bases para melhores relações entre as sociedade espanhola e africana.

**Anexo I: A nova diplomacia pública e a diplomacia pública espanhola**

Anexo II: Hipótese da diplomacia pública da Casa África e Objetivos Gerais



## Situação geoestratégica

A sede da Casa África, cedida pelo Governo das Canárias, é um edifício emblemático em Las Palmas de Gran Canaria. O arquipélago das Canárias ocupa uma localização geográfica privilegiada, localizada a apenas 100 quilómetros da costa noroeste de África. As ilhas estão situadas sob a

placa africana e formam parte da região natural da Macaronésia sendo que, devido tanto à proximidade como à ligação história e geográfica com África, as Ilhas Canárias funcionam como um elo de ligação com esse continente.



As Ilhas Canárias foram reconhecidas pelo Tratado de Amesterdão e, como região ultraperiférica da União Europeia, pelo artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). E, como tal, são-lhe aplicadas medidas específicas e exceções previstas na legislação da UE que lhe proporcionam uma fácil abordagem dos principais desafios que enfrenta devido à distância

geográfica, insularidade, reduzida dimensão, clima e topografia difíceis e modelo económico. A Comissão Europeia trabalha constantemente na atualização das relações de parceria das RUP (relações ultraperiféricas), de modo a adaptar as condições desta parceria estratégica com as novas prioridades da UE. Usufruir destes privilégios e benefícios da sua proximidade ao



continente africano para se converter finalmente numa plataforma que sirva de ponte ao continente é tarefa prioritária para o Governo das Canárias e para a Casa África. Neste contexto, também se procura reforçar os laços de união com as demais regiões ultraperiféricas e avançar simultaneamente.

Cabe, assim, destacar a participação ativa da Casa África no Programa de Cooperação INTERREG V-A Madeira-Açores-Canárias (MAC 2014-2020). Este programa –ainda em execução–é o principal instrumento que a União Europeia coloca à disposição das regiões ultraperiféricas de Espanha e Portugal para, assim, dar uma resposta eficaz aos desafios comuns com que estas se deparam em termos de inovação, competitividade, internacionalização e desenvolvimento sustentável. O presente acordo está composto pelas regiões ultraperiféricas da Madeira, Açores e Canárias e países terceiros do continente vizinho geograficamente próximos que aceitaram participar no Programa (Cabo Verde, Senegal e Mauritânia). Posteriormente, a relação de possíveis participantes alargar-se-á ainda mais (Costa do Marfim, Gana, Gâmbia e São Tomé e Príncipe).

### **Contexto socioeconómico atual**

Atualmente, a Casa encara um novo desafio: elaborar um novo plano

estratégico num contexto em que as migrações se converteram novamente numa questão essencial da agenda pública (não só em Espanha e nas Ilhas Canárias como também na Europa em geral). A crise do COVID-19 atingiu, sem sobra de dúvidas, todo o planeta e afetou, de forma bastante assustadora, todas as economias. No caso de África, provocou o colapso de setores (como turismo e comércio), a destruição de emprego, o aumento da pobreza e uma severa vulnerabilidade de uma grande parte da população. Consequentemente, ao mesmo tempo, as sociedades dos países tiveram de lidar com a falta de vacinas, sistemas de saúde e de educação frágeis, aumento da dívida e outras situações que as fragilizam tal como, por exemplo, as alterações climáticas, os conflitos e muitos outros fatores que refletem um mapa completo e saturado de desafios.

Em concordância com a pandemia, observou-se um aumento de imigrantes africanos a chegarem, por via marítima, às Ilhas Canárias: numa rota perigosa onde muitas vidas foram cobradas e cuja reativação gerou imediatamente um alarme na sociedade e nos meios de comunicação. A situação dos migrantes irregulares acabou por gerar, numa sociedade tradicionalmente acolhedora, alguns episódios de racismo e xenofobia, onde uma parte das pessoas mais vulneráveis sentiu-se ainda mais frágil devido a uma nova crise. Neste contexto, por imposição da administração central e do governo regional (e, sobretudo, por sentido de responsabilidade), a Casa África



intercedeu e facilitou pontes aos cidadãos, lutou contra estereótipos e racismo e “cultivou sementes” de conhecimento e união. Esta missão, igualmente prioritária aquando da fundação da Casa, equivaleu à chamada *Crise dos cayucos* de 2006

Anexo III: Origem da atividade da Casa África e contexto histórico

### **Prioridades das entidades associadas**

Como estratégia da Ação Externa para África, a Casa África colocou à disposição o presente Plano com as prioridades mais relevantes do MAUC. Em contrapartida, tem em consideração as prioridades estratégicas das demais entidades associadas: o Governo das Canárias e a Câmara Municipal de Las Palmas de Gran Canaria (sempre no seu contexto natural, a diplomacia pública espanhola para África).

Assume igualmente os principais compromissos internacionais do Governo de Espanha, tais como os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS), integrados na *Agenda 2030* das Nações Unidas, e todos os que formam parte do *Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas* e da *Agenda 2063* da União Africana (2013-2063). Estes documentos respondem, de forma coordenada, aos maiores desafios mundiais dos próximos anos. Deste modo, atualmente, a comunidade internacional está a apostar tudo nas estratégias mais vantajosas para a

recuperação económica pós-pandemia COVID-19.

Anexo V: Programa-Quadro das temáticas de prioridade de Casa África e as Estratégias de Ação Externa de Espanha 2021-2024, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU e os Objetivos da Agenda 2063 da União Africana.

### **Ministérios dos Negócios Estrangeiros, União Europeia e Cooperação (MAUC)**

No início do ano de 2021, o Governo de Espanha outorgou a nova *Estratégia de Ação Externa 2021-2024*, onde se destaca, como prioridade estratégica, contribuir para a prosperidade entre Espanha e África. Esta estratégia vincula a política externa em torno dos quatro eixos substantivos: i) Direitos humanos, democracia, segurança e feminismo ii) Economia e sociedade global mais justa, mais equitativa e mais integrada iii) Planeta mais verde, mais sustentável e mais habitável iv) Integração regional e multilateralismo fortalecido

A política externa para África, por sua parte, está estabelecida no *III Plano África*, publicado pelo MAUC, no ano de 2019, intitulado *Espanha e África: desafio e oportunidade*. Segue-se a seguir quatro objetivos estratégicos: i) Paz e Segurança ii) Desenvolvimento Sustentável, Crescimento Económico Inclusivo e Resiliente



iii) Institucionalização iv) Mobilidade Regular e Segura

Por sua vez, os objetivos do III Plano África encontram-se todos discriminados no plano operacional *Foco África 2023*, dispostos juntamente com os ODS da Agenda 2030 e os objetivos da Agenda 2063 da União Africana. Plano este acordado com a ação externa a um contexto de resposta ao COVID-19 e a uma sólida recuperação transformadora com o desempenho da Zona de Comércio Livre Continental Africana. Tanto estimular a atividade empresarial e o investimento de Espanha, como promover a igualdade de género e o empoderamento de mulheres e crianças africanas, encontram-se disponíveis entre as prioridades mais relevantes. Relativamente às prioridades geográficas, este concentra-se, principalmente, na Nigéria, Etiópia e África do Sul, considerados "países âncora" devido à sua localização geográfica, projeção político-económica e influência na estabilidade das suas sub-regiões (Senegal, Costa do Marfim, Quênia, Tanzânia, Moçambique e Angola como "países prioritários").

O MAUC (Ministério dos Negócios Estrangeiros, União Europeia e Cooperação) ainda acabou por aprovar o seu *Plano Estratégico 2021-2023*, onde estão estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos:

a) estimular o planeamento b) análise da política externa de Espanha e da União Europeia com a participação cívica c) estimular a cooperação para o

desenvolvimento de Espanha d) promover relações culturais e científicas com outros países e) consolidação do sistema de proteção de direitos humanos de Espanha, assim como a proteção de espanhóis no exterior.

## Governo das Canárias

No momento de elaboração do presente plano, o Governo das Canárias trabalha no *Plano Estratégico 2021-2023* da Direção-Geral das Atividades Económicas com África. O referido plano estabelece, como eixos prioritários, a diplomacia económica e cooperação territorial, a formação e transferência do saber-fazer, a inovação Canárias-África e a informação estratégica.

A fim de obter outras correlações, torna-se necessário ter em consideração que, desde a Comunidade Autónoma das Canárias, os esforços dos agentes políticos, sociais e económicos concretizaram-se num acordo excepcional e extraordinário perante a atual emergência sanitária de COVID-19: o *Pacto para a Reativação Socioeconómica das Canárias*. Este pacto está registado no *Plano para a Reativação Socioeconómica das Canárias 2020-2023*, onde se destaca a conservação dos serviços públicos essenciais, o desenvolvimento das capacidades de saúde e sociais, uma atenção especial a pessoas mais vulneráveis, o cuidado e recuperação de emprego, o impulso à atividade económica, simplificação, cooperação



e coordenação de recursos administrativos, entre outras metas.

## **Câmara Municipal de Las Palmas de Gran Canaria**

Por sua parte, a Câmara Municipal de Las Palmas de Gran Canaria aderiu ao programa *Estratégia Nacional para o Mar 2030*, que visa posicionar esta região como referente internacional de liderança local em sustentabilidade e competitividade em economia azul. Não obstante, tem sempre presente valores como a participação, a transparência, a inovação e, novamente, a sustentabilidade. De modo a uma melhor harmonização das agendas comuns (em caso de objetivos comuns), estas prioridades, a nosso ver, deverão estar dispostas com os interesses dos diferentes parceiros africanos.

## **Outras prioridades relevantes para a atividade da Casa África**

Além de conciliar a sua atividade com as prioridades das entidades associadas, a Casa África visa igualmente tomar em consideração algumas outras estratégias relevantes para a sua atividade. Este breve resumo não procura, de modo algum, ser detalhado. Porém, abrange alguns dos documentos a ter em consideração.

Em primeiro lugar, como membro da União Europeia, a Espanha deverá levar a cabo a nova estratégia europeia para África. Estratégia esta

aprovada pelo Parlamento Europeu em março de 2021, intitulada *Nova Estratégia UE-África: Uma parceria para um desenvolvimento sustentável e inclusivo*. Apela ao desenvolvimento de uma verdadeira parceria entre iguais a irem além da relação doador-beneficiário; sublinha a importância das novas prioridades dos parceiros africanos e o posicionamento do desenvolvimento humano como o aspeto mais importante da estratégia, com iniciativas concretas de luta contra a desigualdade, os jovens e a emancipação das mulheres.

Torna-se igualmente prioritário reduzir a dependência de África em relação às importações, ao apoiar a produção interna africana, através de investimentos sustentáveis (transição ecológica e digital, apoio à agricultura sustentável, modernização do setor agrícola, transição para uma economia mais limpa e circular, política migratória baseada na solidariedade e na responsabilidade comum).

O V Plano Diretor da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (2018-2021) é outra parte fundamental na formação das relações entre espanhóis e africanos e, como tal, para a Casa África. Este plano abrange a luta contra a pobreza, ao mesmo tempo que integra de forma coerente os princípios transversais da Cooperação Espanhola, tais como a abordagem fundamentada nos direitos humanos e liberdades fundamentais, a igualdade de género, o respeito pela diversidade cultural, a



sustentabilidade ambiental e o combate às alterações climáticas.

Igualmente relevante é a estratégia comercial e financeira *Horizonte África*, elaborada pelo Governo de Espanha em 2020, cujo objetivo é o apoio à internacionalização das empresas espanholas no mercado africano e à promoção de uma crescente e sólida presença espanhola no continente. Apresenta setores chave de investimento, tais como água e saneamento, transporte (especialmente, ferroviário) e infraestruturas energéticas, onde as empresas espanholas contam já com uma longa experiência internacional e que contribuem para o crescimento económico sustentável desses países.

## **Estratégia 2022-2024**

### **Missão, visão, valores e lema**

Tanto a *Missão* como a *Visão* estão em concordância, de acordo com o contexto em que está definido o resto da estratégia no caminho a seguir e meta final estabelecidos. Enquanto a *Visão* brinda a imagem de um futuro desejado, a *Missão* destaca a identidade da organização. No caso da Casa África, ambas surgem do decreto da instituição (estabelecido nos pontos "Estatutos" e "Objetivos Gerais") e da cultura organizacional. Por outro lado, os *Valores* representam as ideologias, os princípios e a filosofia que move e faz

crescer a instituição com tal de atingir os seus objetivos.

### **Missão**

#### **A nossa história**

Criar relações de mútuo benefício entre Espanha e África, no âmbito da diplomacia pública espanhola, através da aquisição de conhecimentos e confiança recíprocos, a fim de incrementar o desenvolvimento cultural e socioeconómico de Espanha e África e a criação de um mundo melhor.

### **Visão**

#### **O nosso reconhecimento**

Ser catalisador da mudança sustentável, inclusiva e justa na procura pela solução dos grandes desafios do nosso tempo. Ser reconhecida pelo valor real que brinda às sociedades espanhola e africana; estar sempre em busca da excelência dos seus pontos fortes - aprendizagem e inovação estáveis.

### **Lema**

#### **A nossa missão, visão e valores**

***África e Espanha: cada vez mais próximas***

### **Valores**

#### **A nossa marca**

**Responsabilidade pública:** incentivamos um compromisso ético



com os cidadãos responsáveis pela gestão limpa dos fundos públicos, participação cívica, compromisso social e ambiental e igualdade de género e de oportunidades.

**Profissionalismo e trabalho em equipa:** comprometemo-nos com a qualidade de serviços oferecidos, formação permanente e abertura à inovação e melhoria contínuas, bem como colaboração em equipas multidisciplinares (nacionais ou internacionais).

**Respeito mútuo:** como trabalhamos com cenários culturalmente diversos, este é, talvez, um dos nossos mais importantes valores. É a base da nossa convivência diária. Imprescindível para a criação de relações de confiança e em concordância com a sociedade. Além disso, desdobra-se também na defesa pela diversidade e respeito pelo outro e, especialmente, pelos direitos dos diferentes grupos vulneráveis.

**Benefício comum:** (ou mútuo benefício) deve estar sempre presente no resultado das nossas ações. Para tal, defendemos e decretamos um modelo bidirecional de compromisso simétrico em que ambas partes ouvem-se, dialogam e procuram soluções comuns.

**Dinamismo:** somos promotores do comportamento proativo que, como ponto de partida para o progresso e desenvolvimento, assumem a constante evolução e transformação do meio à sua volta.

## Objetivos Gerais

De modo a incrementar o desenvolvimento cultural, socioeconómico e de segurança de ambos países, a Casa África visa aprimorar as relações de mútuo benefício entre Espanha e África. Para tal, a sua ação, estabelecida no âmbito da diplomacia pública espanhola, centra-se em apenas dois *Objetivos Gerais*:

- 1) Gestão de conhecimento mútuo
- 2) Gestão de relações de mútuo benefício

## Mútuo conhecimento

Adquirir conhecimento e confiança mútua é uma das funções mais importantes da diplomacia pública, dado que abrange ações destinadas à conquista de um clima social e político favorável aos interesses de um país (a nível nacional e internacional). Trata-se de, neste caso, adquirir conhecimento sobre África em Espanha (e vice-versa).

Trata-se, pois de um **conhecimento** baseado na autenticidade e credibilidade, cujo objetivo é ajudar o agente a relacionar-se com “o outro” e entender melhor o meio que o rodeia. Assim que os agentes têm conhecimento do que consideram necessário, tomam decisões fundamentadas como instrumento influente na sociedade e seu desenvolvimento cultural, socioeconómico e de segurança.



Na Casa África, entendemos o significado de adquirir novos conhecimentos como um processo em que os incentivos, gerados pelas diferentes ações de diplomacia pública (mensagens, imagens ou vídeo), são interpretados pelos indivíduos e agregados às suas percepções, ideias, imagens e experiência prévias. Por conseguinte, a forma como se aplica a imagem e as imagens são projetadas desempenha um importante papel como instrumento de diplomacia pública nas atuais relações internacionais.

Toda a atividade da Casa África promove uma **imagem positiva de uma África**, multifacetada, heterogénea e unida a um continente repleto de oportunidades. Dá-se a conhecer uma imagem atual que se tem abstraído cada vez mais estereótipos, generalizações e de histórias focadas nos problemas do continente e do seu povo para, assim, destacar o discurso de África como um continente diversificado, rico e complexo. Torna-se igualmente necessário compreender que o futuro de Espanha depende, em grande parte, do futuro do continente vizinho. Para tal, a melhor forma de evolução é juntos.

**Assim, a Casa África contribui na distinção da concorrência, excelência, valores e, em particular, do compromisso de Espanha para com África.** Para tal, usufrui de importantes benefícios: representação diplomática espanhola em África, setor privado com interesses ou interesses no continente, trajetória da Cooperação

Espanhola d) solidariedade dos espanhóis, uma cultura e língua transversais e compromisso com a paz e segurança. Tem, como propósito, gerar confiança em Espanha, no seu povo e no *know-how* espanhol através da contribuição do apoio a instituições, empresas e sociedade civil nas suas relações com África.

Com sede em Las Palmas de Gran Canaria, a Casa África reforça nomeadamente o papel das Ilhas Canárias como ponto de encontro entre Europa, África e América. Dado que as ilhas são reconhecidas como região ultraperiférica (Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia), este facto implica reconhecer as condições específicas (e, frequentemente, pouco favoráveis) a que estas regiões do planeta são submetidas, bem como das oportunidades apresentadas. A Casa África, associada ao governo regional, assume a necessidade de reforçar esta posição estratégica como um cruzamento de caminhos entre continentes.

### ***Relações de mútuo benefício***

Criar relações de mútuo benefício entre Espanha e África, bem como facilitar a criação de redes de contacto entre povos, é outra das principais funções da diplomacia pública da Casa África. Torna-se, portanto, indispensável um encontro de pessoas para uma maior confiança entre elas. Embora os encontros virtuais (ou “eventos híbridos”) têm vindo a ganhar cada vez mais



“terreno”, estas relações tratam-se, preferivelmente, de contactos cara a cara.

Dado ser a base de todas as relações sociais, comerciais ou diplomáticas, a confiança é outro dos conceitos mais importantes, uma vez que tem uma maior influência nas decisões de que os agentes são ou não bem-vindos às mesas de organização e colaboração em todo o mundo. Considera, assim, tratar-se de um recurso de carácter emocional, já que permite assumir riscos por pessoas e instituições, bem como a contribuição de recursos próprios e a procura por soluções pacíficas e permanentes.

A Casa África promove igualmente a criação de **redes de contacto**. Estas redes são estruturas de união de pessoas, cujo propósito é a procura pela cooperação e soluções transversais ou interdisciplinares – bastante vantajosas para a compreensão e gestão de relações internacionais, assim como igualmente importantes para a economia e relações (como recursos sociais) entre todo o tipo de agentes.

Procura-se igualmente desenvolver **alianças estratégicas** entre outras entidades. Neste contexto, a Casa África, como interlocutor, atua na mobilização de agentes africanos nas agendas onde Espanha contribui com um elevado valor e onde exista interesses comuns por parte dos parceiros africanos. Como modelo de colaboração, estas alianças (ou associações) trespassam, em muito, uma colaboração pontual, dado que procuram –através de projetos de

cooperação, criação de soluções de mútuo benefício e de uma visão consensual do futuro– a garantia pela permanência das alianças e a documentação dos resultados. Deste modo, estas poderão perdurar no tempo e, assim, aumentar o impacto que provocam.

### Objetivos da instituição

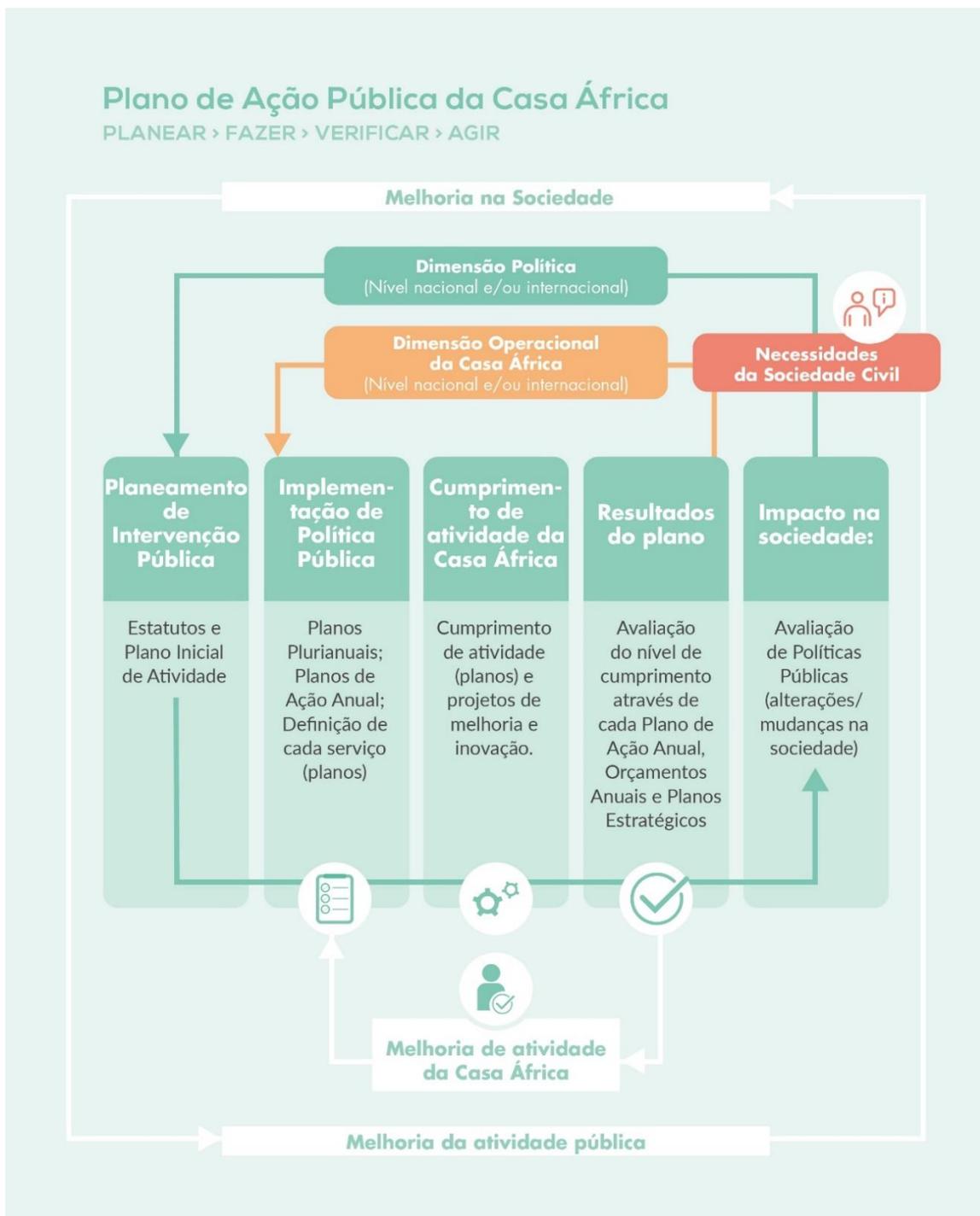
Como parte integrante da administração pública espanhola, a Casa África vê-se obrigada a cumprir com as especificidades estabelecidas nos seus Estatutos. Propõe-se, como instituição, a reforçar a gestão dos recursos para, assim, aperfeiçoar os resultados da intervenção pública e a posição da instituição no ranking mundial. Procura igualmente ser coerente no planeamento estratégico, operacional e na gestão orçamental (planos estratégicos, planos operacionais e orçamentos anuais).

Como organização pública que se rege pela excelência, as exigências e expectativas dos cidadãos são a base de atividade da Casa África. Estes, por conseguinte, deverão transcender o papel de meros recetores e tornarem-se num aliado indispensável tanto na descrição dos serviços como na produção dos seus resultados. Considera-se ainda fundamental estimular a inovação e a melhoria contínua para as mudanças constantes em praticamente todos os diferentes agentes de cidadania.

Em conformidade com os *Objetivos da Instituição*, estão expostos decretos

como “Melhorar a gestão dos recursos através da inovação e melhoria contínua e, deste modo, incrementar os resultados da intervenção pública e a posição da instituição no ranking”:

- Gestão sublimine dos recursos
- Estimular a inovação e a melhoria contínua



## Eixos substantivos

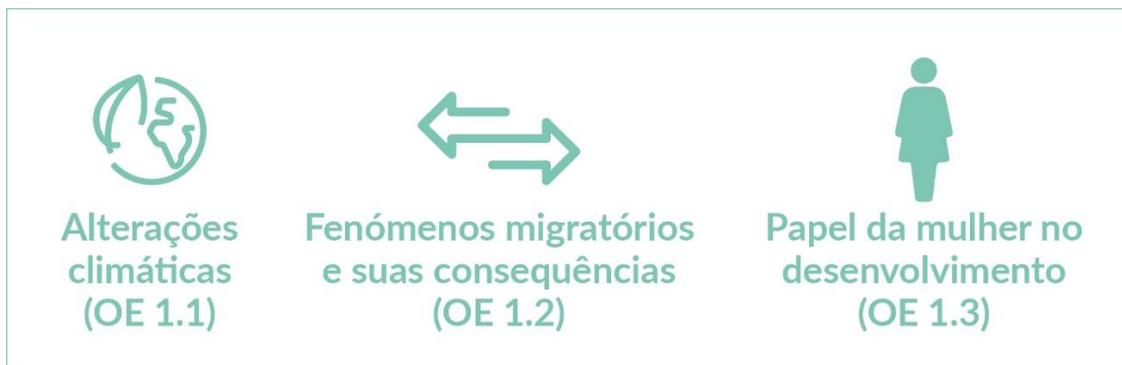
Os *Eixos substantivos* respondem à pergunta «*O que fazer e tratar?*». As prioridades aqui estabelecidas estão diretamente orientadas para o desenho e produção dos serviços destinados aos *Stakeholders* externos.

A Casa África estabelece prioridades no seu próprio campo de atividade: a diplomacia pública. As temáticas especificadas correspondem a alguns dos desafios mais importantes do nosso tempo e são, particularmente, significativas para as relações com o continente vizinho.

## Temáticas de Prioridade

*Temáticas de Prioridade* trata-se de, nada mais nada menos, aqueles conteúdos que dão sentido e coerência ao plano. Conceitos-chave que se tratam a partir de diversos subtemas e perspectivas.

É de salientar que será dada, de forma transversal, prioridade a novas abordagens multidisciplinares, que rompam os limites tradicionais entre várias temáticas e motivam novas relações entre o desenvolvimento humano e socioeconómico.



**1. Alterações climáticas:** As alterações climáticas, e problemas resultantes, constituem um enorme desafio mundial de larga escala. Afecta al comercio, al transporte, a las infraestructuras, a las finanzas, al tránsito de personas, a los ecosistemas, a la geopolítica, a la seguridad, etc. En este marco, la transición ecológica, la

protección del patrimonio natural y de la biodiversidad, el agua o el turismo son algunas temáticas de especial interés. La lucha contra el cambio climático, las soluciones para su mitigación y las medidas de adaptación condicionan, pues, una nueva hoja de ruta



específica para nuestra programación<sup>1</sup>.

- 2. Fenómenos migratórios e suas consequências:** Os fenómenos migratórios constituem um significativo desafio para a UE, Espanha e Ilhas Canárias. A Casa África visa dar a conhecer os contextos mobilizadores de fluxos e realidades de diferentes migrantes, tanto nos seus países de origem como em Espanha. Promove-se a defesa pelos direitos humanos, a inclusão e a diversidade na construção de uma sociedade mais aberta, tolerante e antirracismo.
- 3. O papel da mulher no desenvolvimento:** Em África, as mulheres são fonte de vitalidade. A discriminação, não obstante, limita as oportunidades que têm ao seu alcance. Consciente desta realidade, a Casa África considera fundamental estimular o papel da mulher na promoção do desenvolvimento cultural e socioeconómico, o que acaba por dar a conhecer mulheres líderes e referentes em ambas fronteiras.

As prioridades acima mencionadas são equiparadas aos *Eixos*

---

<sup>1</sup> A diplomacia pública abrange uma nova variante que se está a desenvolver, denominada de *Diplomacia Verde*, como instrumento

*Substantivos da Estratégia de Ação Externa de Espanha 2021-2024*, que abrange os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e ainda a Agenda 2063 da União Africana (ver Anexo V: *Programa-Quadro das temáticas de prioridade da Casa África e as Estratégias de Ação Externa de Espanha 2021-2024*, *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU e Objetivos da Agenda 2063 da União Africana*). Deste modo, pretende-se garantir o nível máximo de coerência entre o plano da Casa África e a da sua principal entidade associada, os seus compromissos a nível internacional e a rastreabilidade dos resultados gerados aquando dos objetivos da ação externa de Espanha (ver Anexo V).

O compromisso da Casa África com a Agenda 2030 já se encontra em vigor desde 2018. Os ODS (ver Anexo V) são tidos como referência principal tanto devido à sua importância para o desenvolvimento do continente vizinho como de Espanha. A Casa é defensora acérrima desta Agenda, seus valores e utilidade como instrumento fixo entre diversos agentes, de modo a superar os atuais desafios mundiais e com um único propósito em mente: a criação de um mundo melhor. Priorizam-se,

de promoção e liderança de um futuro muito mais sustentável e que coloque o país na agenda internacional.



particularmente, temáticas de elevada importância para as relações entre Espanha e África e de capitalizações de análise comparativa de Espanha e seus valores.

As prioridades da Agenda 2063 da União Africana incorporam-se igualmente na estratégia de garantia e visão da presença dos interesses africanos (ver Anexo V). Estamos convencidos de que é o mais importante a fazer para posicionar as

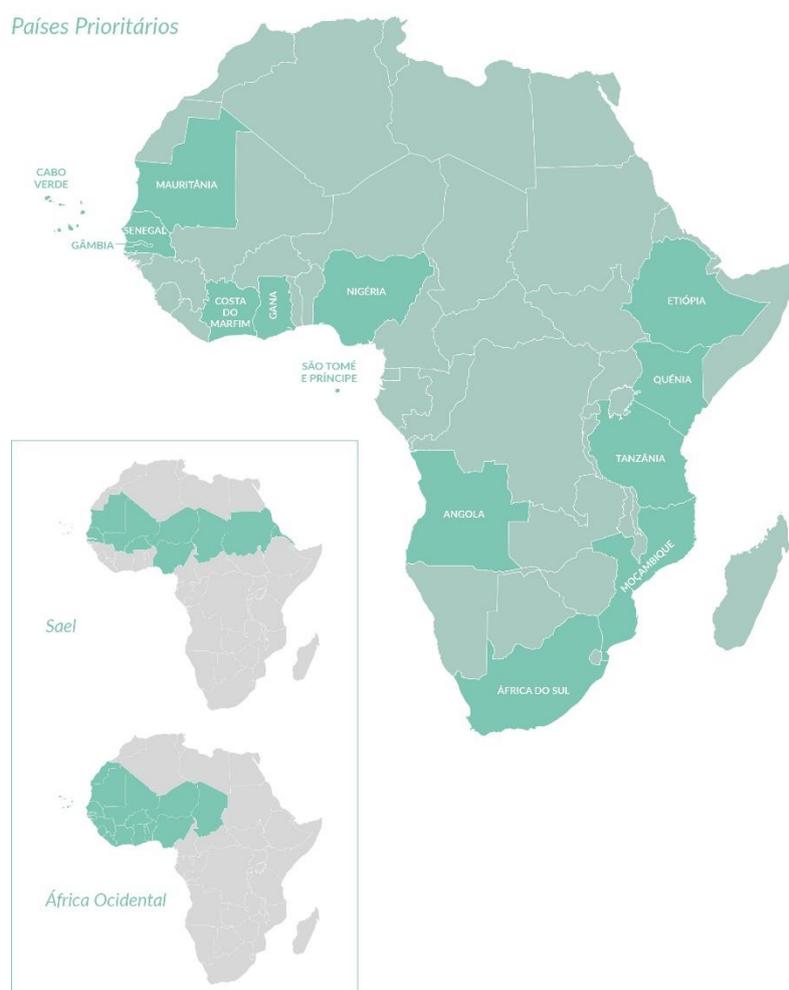
bases de uma agenda comum que gere benefícios tanto para Espanha como para África.

Anexo V: Panorama-Quadro das temáticas de prioridade da Casa África e as Estratégias de Ação Externa de Espanha 2021-2024, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU e Objetivos da Agenda 2063 da União Africana.

## Prioridades geográficas

Em conformidade com as *Prioridades geográficas* do III Plano África e as que estão estabelecidas pelo Governo das Canarias (Programa de Cooperação INTERREG V-A Madeira-Açores-Madeira, MAC 2021-2027), a Casa

África concentrará toda a sua atividade nos seguintes países: Angola, Cabo Verde, Costa do Marfim, Etiópia, Gâmbia, Gana, Quênia, Mauritânia, Moçambique, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, África do Sul e Tanzânia, bem como a zona de Sael e África Ocidental, em geral.



Estas prioridades geográficas visam, na hora certa, definir o conteúdo (temáticas) das atividades planeadas, bem como estabelecer a participação e colaboração com África. Cabe, assim, destacar que a Casa África,

embora localizada nas Ilhas Canárias (enclave estratégico das relações com África), realiza grande parte do plano na sua sede em Las Palmas de Gran Canaria. E, embora em menor escala, estende-se aos países africanos (mas, se este for o caso, dar-se-á prioridade aos países definidos como prioritários).

## Eixos Transversais

Os *Eixos transversais* estabelecem o processo para conseguir melhores resultados, definidos como fatores-chave para o sucesso (respondem à pergunta «*Como prestar serviço?*»). As prioridades acima mencionadas influenciam no desenho e execução de todos os serviços.

- 1. Participação cívica:** Como parte integrante da administração pública espanhola, as exigências e expectativas dos cidadãos são a base da atividade da Casa. Consequentemente, como real protagonista da atividade, os cidadãos deverão transcender o papel de meros recetores e tornarem-se num aliado indispensável (tanto na descrição dos serviços como na produção dos seus resultados). A participação cívica é um instrumento fundamental numa sociedade democrática, onde se luta pela defesa de um modelo de serviços direcionado para o diálogo, interação e projetos de cocriação com diferentes agentes de cidadania (africanos e espanhóis). Graças ao valor real dos parceiros, o objetivo é pretender ser uma administração estreita especializada na sua fidelização.
- 2. Contribuição africana:** Torna-se consideravelmente obrigatória a participação africana (e respetiva implementação) na atividade da Casa África como apropriação da agenda e produção de um relato pessoal. Assim, já será possível adquirir conhecimentos mais profundos sobre a sua situação, necessidades, prioridades e projetos. Graças ao seu conhecimento e *know-how*, não há ninguém melhor do que o povo e instituições africanas para descrever África. Aliás, tornar os sócios africanos como principais responsáveis é fundamental para a identificação de questões, tendências e outros agentes resultantes no continente.
- 3. Colaboração académica e científica:** A diplomacia científica está vocacionada para a realização de um papel decisivo na consolidação da relação entre Espanha e o continente africano e, em particular, no despertar de novas soluções a desafios comuns. A colaboração científica, de modo a promover a integração e a coerência, acabou por apresentar elementos cruciais. A Casa África sublinha a importância de logística das instituições académicas e científicas e o exercício comum de melhores técnicas.
- 4. Presença de Espanha em África.** Além da já reconhecida



imagem positiva de África em Espanha, a Casa África tem impulsionado a influência de Espanha como vínculo de confiança do povo africano (quer na África quer diante da diáspora africana em Espanha). Os seus valores e, especialmente o seu compromisso com o continente africano, servem de base na divulgação da imagem de Espanha como país moderno, solidário, inovador e criador de talento. São igualmente delineados os setores de atividade de excelência espanhola com uma vantagem comparativa no continente africano.

- 5. Inovação e transformação digital:** A Casa África promove a inovação como instrumento para responder aos novos desafios mundiais de interesse comum entre Espanha e África. De modo a expandir o alcance da nossa atividade pública e o desenvolvimento de ilusão de novos parceiros e agentes menos prováveis (colaborações específicas), as novas tecnologias estão, atualmente, a alargar horizontes de partilha e despertar novas ideias, valores, soluções e alianças associadas. Deste modo, a garantia e continuidade dos nossos serviços é resultado da melhoria contínua associada à transformação digital.

## Eixos Instrumentais

*ou funcionais:* visam uma melhor qualidade dos processos internos, cujo objetivo é a defesa pelo cumprimento dos Eixos Transversais. Existem três grupos principais de estimuladores de valor: processos internos, aprendizagem e crescimento e recursos financeiros.

## Processos internos

- 1. Gestão eficaz e transparente:** Em conformidade com os valores da instituição e de modo a reforçar a confiança dos cidadãos e outros *Stakeholders* (grupos de interesse), a Casa África exerce uma administração ética e responsabilidade social que atende à eficácia da gestão e uso de recursos. Para uma maior proximidade das sociedades espanhola e africana e atender às suas necessidades, considera-se imprescindível evoluir para uma entidade mais eficiente e eficaz, alheia aos tradicionais modelos burocráticos, e reforçar a transparência. Para tal, torna-se fundamental facilitar uma informação mais completa, eficaz e, obviamente, real sobre a atividade da instituição.
- 2. Gestão responsável para a sustentabilidade:** Como entidade pública comprometida com a



sustentabilidade e a Agenda 2030, a Casa África apresenta-se como instituição modelo e líder da transição ecológica. Este compromisso implica uma ação responsável e sustentável a nível administrativo e contratual, atendendo sempre aos princípios de racionalidade, necessidade, aptidão e eficiência.

## **Aprendizagem e crescimento**

- 3. Formação contínua.** Num contexto tão oscilável como atualmente, de aprendizagem ao longo de toda a vida, torna-se considerável preservar a qualidade profissional da equipa e sua motivação para ter impacto numa melhor qualidade de serviço. Para tal, a Casa África compromete-se em realizar ações de formação (e outras iniciativas) que promovam o desenvolvimento pessoal e profissional (formações formais ou informais, com especial destaque para a conciliação entre vida profissional, privada e familiar da equipa)
- 4. Reforço dos recursos humanos.** De modo a estar em concordância com as prioridades do presente Plano Estratégico e das exigências das entidades associadas, torna-se inevitável a renovação do quadro de pessoal assim que for

retomada o início das atividades do consórcio. Sendo que a instituição "inclina-se" frequentemente para um maior profissionalismo e aumento das atividades, é fundamental o acompanhamento de recursos necessários para o cumprimento de compromisso com as entidades associadas. Deverá estar igualmente de acordo com o objetivo do MAUC de desenvolver a função das Casas como entidades relativas ao ecossistema da ação externa do Estado.

## **Recursos Financeiros**

- 5. Sustentabilidade e solidez financeira.** Os princípios de sustentabilidade e equilíbrio orçamental decretam a nossa atividade, bem como a otimização de recursos. Deste modo, torna-se crucial a promoção de um maior cofinanciamento de agentes adequados aos nossos objetivos, assim como o financiamento de outras fontes externas (fundos europeus - estatais ou locais). Por outra parte, a realização dos nossos objetivos obriga a meios / recursos estáveis assegurados constantemente pelas entidades associadas e pela garantia de um futuro a longo prazo.



## Quadro de atividade operacional

### Atividade operacional e seu alcance

A Casa África organiza anualmente cerca de **450 atividades**, entre eventos de todo o tipo e ações para estratégia de comunicação, destinadas a diferentes públicos, em conformidade com as temáticas e objetivos estabelecidos. Encontros profissionais, conferências, cursos de formação, atividades culturais, concursos e publicações (*online* e *offline*) são alguns exemplos dos eventos acima mencionados. A estratégia de comunicação *online* (redes sociais) é igualmente bastante diversificada, uma vez que abrange edição de vídeos, vídeo marketing, livros eletrónicos (e-Books), campanhas de sensibilização, etc. Sempre em defesa dos interesses hispano-africanos, a Casa exerce a função de facilitar contactos e *lobby*. Os serviços internos apresentam a finalidade de uma melhor gestão de recursos e um desenvolvimento constante dos serviços prestados aos *Stakeholders* externos.

Planos anuais que abrangem a) planos consolidados com o tempo devido à qualidade e bons resultados obtidos e b) planos novos.

Em conformidade com a execução orçamental adaptada ao planeamento estratégico, a gestão estratégica do plano alia-se ao orçamento anual de modo a

conseguir, finalmente, o tão ansiado equilíbrio financeiro.

### Áreas de atividade

Dado que a diplomacia pública (como um todo) é um conceito bastante amplo, a implantação de áreas de atividade (como subcategorias conceituais) visa a uma maior eficácia a nível operacional, englobando a gestão, a organização e a comunicação:

Os serviços externos diferenciam-se em vários aspetos da diplomacia pública. Por um lado, existe a diplomacia pública, económica, cultural, digital e institucional e, por outro, estão os serviços internos, que se encontram todos agrupados na área denominada de “Gestão”.

- Diplomacia Pública
- Diplomacia Económica
- Diplomacia Cultural
- Diplomacia Digital
- Contexto Institucional
- Gestão

### Planos

Em cada uma destas áreas de atividade, estão discriminados os diferentes **planos** que se decretaram como resultados das boas praticas desenvolvidas. Uma gestão melhor eficiente, organização, comunicação e avaliação dos resultados são apenas algumas vantagens destes planos.

A maioria destes planos destinam-se a prestar um ou mais serviços aos diferentes *Stakeholders* (grupos de interesse) da Casa África. Existem,



por outro lado, os planos de serviços internos que se destinam, geralmente, a uma melhor gestão dos recursos humanos.

Existe ainda na secção “Outras atividades” um plano para cada área de atividade, onde se encontram incluídas verbas reservadas para colaborações com outras entidades mas, pelo contrário, não se enquadram na descrição dos planos da Casa. No entanto, estes requerem a flexibilidade necessária para, assim, explorar novos meios de colaboração e de inovação, em conjunto, com outras entidades.

#### **DIPLOMACIA PÚBLICA (DP):**

- ENCONTROS  
PROFISSIONAIS (Encontro Sociedade Digital, Encontro Internacional de Jornalistas, Encontro Hispanismo, Encontro de *think tanks* [espaço de reflexão], entre outros)
- PRÉMIOS CASA ÁFRICA
- #ÁFRICAESNOTICIA
- FÓRUNS AGENDA 2030
- ARQUIVO CASA ÁFRICA (Coleção de Ensaios, Literatura e História e Política da Casa África; Coedições, Colaborações Literárias e Edições Digitais)
- APRESENTAR ÁFRICA
- VISITAS GUIADAS À CASA ÁFRICA
- COLABORAÇÕES ACADÉMICAS

- RELAÇÕES COM OS MEDIA
- AYOKA FELLOWSHIP
- #PERIODISMOÁFRICA
- LENGUAS AFRICANAS
- SENSIBILIZACIÓN MIGRACIÓN
- Outras actividades diplomacia pública

#### **DIPLOMACIA ECONÓMICA (DE):**

- ÁFRICA CRESCE
- ELAS AVANÇAM
- AFRITURISMO / INVESTOUR
- FORMAÇÃO ADAPTADA AO CONTEXTO ECONÓMICO
- PROJETOS EUROPEUS
- 
- Outras actividades diplomacia económica

#### **DIPLOMACIA CULTURAL (DC):**

- VIS A VIS
- LETRAS AFRICANAS
- EXPOSIÇÕES
- ÁFRICA EM MOVIMENTO
- ÁFRICA VIVE
- CINEMA
- SEMANA ÁFRICA EM LA GOMERA
- Outras actividades diplomacia cultural

#### **DIPLOMACIA DIGITAL (DD):**

- [WWW.CASAÁFRICA.ES](http://WWW.CASAÁFRICA.ES)
- MEDIATECA CASA ÁFRICA
- CASA ÁFRICA RESPONDE
- REDES SOCIAIS



- RECURSOS DIGITAIS ONLINE (Blog Casa África: EsÁfrica.es; Vídeo Marketing, Radio Kuwamba, Produções audiovisuais (sobre determinadas temáticas) e Filmes legendados (africanos)
- PROJETO MEMÓRIA
- Outras atividades diplomacia digital

#### **CONTEXTO INSTITUCIONAL (CI):**

- RECOMENDAÇÕES DA CASA ÁFRICA
- ATOS INSTITUCIONAIS
- IMAGEM CORPORATIVA
- Outras atividades institucionais

#### **GESTIÓN (GE)**

- GESTIÓN ECONÓMICA Y FINANCIERA
- GESTIÓN SOSTENIBLE
- CONTRATACIÓN ADMINISTRATIVA
- - RECURSOS HUMANOS
- - GESTÃO DE ACTIVOS E DESPESAS GERAIS
- - COORDENAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO
- - TRANSPARÊNCIA E BOA GOVERNAÇÃO
- - FORMAÇÃO
- - ALIANÇAS ESTRATÉGICAS
- - ANÁLISE E ESTRATÉGIA
- - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Outras atividades institucionais

#### **Stakeholders (grupos de interesse) da Casa África**

A Casa África define os seguintes *stakeholders* como importantes:

- Beneficiários dos serviços: sociedades civis de Espanha e África
- Colaboradores
- Entidades associadas
- Equipa e Direção da Casa África

#### **Beneficiários dos serviços**

A população espanhola é o principal beneficiário dos serviços da instituição, cujo lugar de destaque é ocupado pela diáspora africana e a afrodescendência (pontes decisivas entre as realidades espanhola e africana). Em razão de nosso lema tratar-se de proximidade entre Espanha e África, as sociedades africanas são, de igual modo, beneficiárias destes serviços.

A Casa África destina-se diretamente a estas pessoas, de forma a influenciar a sua posição em África e Espanha, seus povos e relações entre ambas. Entre estes beneficiários, encontram-se representantes de instituições, empresas e suas associações distintas, universidades e centros de estudo, ONG, media e outros agentes relevantes.

Cada plano da Casa África abrange um ou mais públicos-alvo definidos. Torna-se imprescindível definir



detalhadamente quem são, diferenciá-los e identificar, em cada caso, as suas necessidades e padrões de consumo de comunicação. Deste modo, será possível prestar-lhes serviços e estabelecer uma relação bidirecional com eles.

## Colaboradores

Colaborar com outras entidades (públicas e privadas) é considerado o *modus operandi* da Casa África. Para tal, estas colaborações não só facilitam acordos específicos e protocolos gerais de atividade que, deste modo, procuram consolidar alianças com outras organizações com os mesmos objetivos estratégicos da Casa. Este fator faculta um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e uma maior eficácia na gestão (com um efeito multiplicador em ambas partes). Por outras palavras, a Casa África, ao colaborar simplesmente com outras entidades, tem a possibilidade de mobilizar esforços e importantes recursos adicionais para o cumprimento da sua missão e visão. Sendo que a Casa África é a única instituição pública destinada exclusivamente ao desenvolvimento das relações com a África Subsariana, torna-se inevitável assumir um papel significativo com os diferentes agentes. Para tal, é necessário manter sempre a busca pela cooperação e evitar dualidades entre diferentes áreas e agentes de Espanha e África.

Num contexto cada vez mais complexo, deverão ser consideradas a diversificação e o reforço destas

alianças estratégicas não só para a organização da atividade e seu alcance, mas também para a inovação e transformação digital.

Tal e como está estabelecido nos seus Estatutos, colabora igualmente com diferentes instituições como, por exemplo, **universidades e grupos de reflexão, câmaras de comércio, associações, ONG, festivais, media, Cabildo e câmaras municipais, bem como organizações internacionais (ONU, União Africana, OCDE, Banco Africano de Desenvolvimento e Banco Mundial.** No caso das iniciativas com um maior impacto no continente africano, a Casa depende maioritariamente da colaboração de agentes da sociedade africana e de agentes espanhóis integrantes do ecossistema da ação externa em África.

A atividade da Casa África depende, por outro lado, maioritariamente da contribuição de **especialistas, personalidades, artistas, jornalistas, profissionais de qualquer setor e outros influencers** de diferentes áreas que, através dos seus conhecimentos, agregam valor às atividades do plano. Neste sentido, graças à ligação mundial, os agentes não oficiais ou não governamentais têm cada vez mais um maior impacto na opinião pública e nas relações internacionais. Na verdade, diante de especialistas, são frequentemente muito mais credíveis do que outros agentes como, por exemplo, autoridades ou agentes do governo. Os agentes mais bem-sucedidos são aqueles que procuram o diálogo, a negociação e o despertar de novas ideias e inovação



entre grupos de pessoas, organizações e indivíduos de diferentes sociedades.

Para tal, os **agentes africanos** convidados a participar não pertencem necessariamente a nenhuma estrutura de governo ou poder (exemplo da diplomacia tradicional). Falamos, neste caso, de intelectuais, professores e investigadores de âmbito universitário, artistas, ativistas, empreendedores, jornalistas e membros da sociedade civil que trabalham dentro e fora dos seus países, difundi-los e gerar reflexão, debate e desenvolvimento. A maioria destes indivíduos são líderes de opinião que dão voz ou mobilizam um determinado grupo de pessoas, consciencializam sobre alguma

temática ou estão sempre (ou, pelo menos, tentam estar) em conformidade com os objetivos da Casa.

Dada à sua vasta repercussão na opinião pública, os **media** acabam igualmente por se tornarem colaboradores cruciais na atividade da Casa. Ao longo do tempo, têm demonstrado um interesse gradual na cobertura e visão abertas e vulneráveis sobre África, bem como prestam uma especial atenção e apoio e facilitam uma comunicação diferente sobre o continente africano e sua realidade. Não são apenas media tradicionais, mas também alternativos: abrangem um vasto número de agentes ativos nas redes sociais.

## **ANEXO I: Panorama-Quadro da Casa África 2022-2024**

### **ANEXO I: A nova diplomacia pública e a diplomacia pública espanhola**

A intitulada "nova diplomacia pública" adota uma abordagem ampla e multidirecional com uma grande variedade de agentes. Visa democratizar a informação e as redes de relações através dos novos media e tecnologias de informação e comunicação. Trata-se de um canal de contacto direto com a sociedade e de empoderamento de agentes não estatais. No contexto da atual crise institucional, a diplomacia pública sentiu a necessidade de reforçar o seu

papel e legitimidade como parte da ação externa do estado e das relações internacionais como um todo.

De referir ainda que a política externa está cada vez mais relacionada com a política interna de cada estado. Por conseguinte, a política externa é, neste sentido, uma variável da política interna. Processos, de carácter internacional, político, estratégico, comercial, financeiro, social, demográfico, científico, tecnológico, cultural ou comunicativo, poderão influenciar negativa ou positivamente os esforços de um governo para, em conjunto com o desenvolvimento da



transformação, consolidar a democracia e o Estado de direito.

De acordo com o modelo espanhol, a diplomacia pública propõe dar a conhecer e enobrecer (com uma maior eficácia e projeção) a realidade de Espanha e explicar a política externa espanhola e a posição do país, relativa aos principais assuntos internacionais, a uma ampla variedade de destinatários.

A Rede de Casas da diplomacia pública espanhola desenvolve grande parte do trabalho em território nacional, com vista a dar a conhecer a sua geografia aos espanhóis e aproximar as suas culturas, sociedades e oportunidades de negócio apresentadas. Os principais agentes da economia, sociedade, cultura e academia (entre outros) são convidados a ir a Espanha para participarem em diversos fóruns e apresentarem, em primeira pessoa, as suas (atuais) realidades históricas e planos para o futuro. Porém, o trabalho não fica concluído no terreno interior. Através destes mesmos agentes e destinadas diretamente à população africana, as suas tarefas são igualmente "empurradas" para o exterior.

Além da Rede de Casas, o Instituto Cervantes, os diversos Conselhos de Cultura, a Fundação Carolina, a Direção das Fundações e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento estão igualmente reconhecidas como entidades de diplomacia pública pelo MAUC. As embaixadas e centros culturais

(Malabo e Bata no continente africano) também são agentes com atividades neste campo de trabalho destinadas principalmente à sociedade civil.

## **ANEXO II: Hipótese da diplomacia pública da Casa África e objetivos gerais**

### **Hipótese da diplomacia pública da Casa África**

A teoria subjacente à intervenção pública refere-se à existência de **necessidades** ou problemas da sociedade que os indivíduos não conseguem resolver por conta própria. A **solução**, portanto, passa por ser definida e assumida como responsabilidade do Estado (financiada com fundos públicos). Deverá existir, para cada intervenção pública, alguma outra hipótese e um modelo causal entre as prioridades políticas (e seus planos), os resultados desejados e os impactos que se procura gerar, como meta final, na sociedade.

Como a Casa África forma parte da ação externa e da diplomacia pública espanhola, não zela somente pelos interesses de Espanha em território nacional. Aliás, tem em vista desenvolver tanto a posição em que se encontra como os valores do país na agenda global. Devido à atividade que desempenha, esta instituição converte-se numa ferramenta comum entre o interesse nacional e os interesses mundiais. Em particular, a sua prioridade é zelar pelos valores e interesses em comum com África e as



relações de mútuo benefício em busca de um mundo melhor.

A hipótese de relação causa-efeito da diplomacia pública da Casa África define-se da seguinte forma:

- **Necessidade:** as relações hispano-africanas brindam oportunidades desperdiçadas, quer em termos de desenvolvimento cultural e socioeconómico em ambas fronteiras quer em termos de prevenção riscos e conflitos. Trata-se de uma situação que se deve à:
  1. falta de conhecimento e confiança um no outro e suas capacidades
  2. a inexistência de redes de contacto pessoais aptas para o desenvolvimento de projetos cooperativos entre Espanha e África
- **Solução:** adquirir, através de ações de diplomacia pública com África, conhecimento mútuo, redes de contacto e alianças entre espanhóis e africanos. Consideram-se necessários estes conhecimentos, recursos sociais e confiança mútua, uma vez que fomentam mudanças nas sociedades espanhola e africana e facilitam a oferta de

oportunidades resultantes das relações entre Espanha e África.

### **Objetivos Gerais da Casa África**

Com base nesta hipótese recriada, o propósito da atividade define-se pelo desenvolvimento das relações de confiança entre Espanha e África e os Objetivos Gerais como a) adquirir conhecimentos sobre África em Espanha e vice-versa, o compromisso de Espanha com o continente e a aptidão das Ilhas Canárias como ponto de encontro e b) desenvolver relações através de redes de contacto e alianças mais firmes.

### **ANEXO III: Origem da atividade da Casa África e contexto histórico**

O MAUC decidiu, em 2001, construir uma Casa África, baseada em toda a experiência já adquirida da Casa de América. Durante os anos que se antecederam à criação desta instituição, as diferentes entidades associadas, as instituições similares de Espanha e os vários governos de Europa e de África decidiram manter um contacto estreito para com a diplomacia pública de e para a África Subsariana. Iniciou-se, assim, sob a forma de “Plano África”, o caminho estratégico nacional para a África Subsariana como objetivo comum de qualquer entidade de Espanha (a nível estatal, regional, municipal e local, inclusive).

Por outro lado, em 2006, Espanha colocou em marcha o *I Plano África*



2006-2008: uma política externa nacional específica para este continente onde mencionava, como interesses nacionais, os fluxos migratórios ilegais, as razões políticas, económicas e de cooperação para o desenvolvimento, bem como alegar, como justificação, a mútua responsabilidade em problemas mundiais (como, por exemplo, a pobreza, as ameaças terroristas ou a proteção ambiental). Cabe igualmente destacar a existência de um "Plano África" prévio à numeração normalmente utilizada 2001 - 2004).

Neste mesmo contexto (e ano), nasce a Casa. Embora a fundação da Casa África, no ano de 2006, esteja justificada por diversos motivos, existiu uma razão que se destacou mais: a reconhecida *Crisis de los cayucos* de 2006. Durante esse mesmo ano, 37.108 imigrantes chegariam, por via marítima, ao arquipélago das Canárias. Por conseguinte, devido a esta situação, o Governo viu-se obrigado a reagir e colocou em marcha uma operação de resgate com os seus próprios meios e, posteriormente, uma outra com os apoios da União Europeia. A UE enviou, então, a primeira grande missão marítima da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex). Esta, de modo a evitar que as embarcações saíssem para mar, encarregou-se de coordenar os trabalhos de vigilância na costa atlântica de África (com tropas francesas, italianas, portuguesas e espanholas). Outro aspeto importante para o controlo de toda a situação foram os acordos assinados

com a Mauritânia e o Senegal, uma vez que facilitaram o trabalho da *Guardia Civil* com os respetivos países (nas suas próprias costas) e os mecanismos necessários para a garantia os repatriamentos.

Entre as prioridades do I Plano África, está a democracia e a paz, a riqueza socioeconómica, o incentivo da educação, a evolução da presença política e diplomática e o intercâmbio cultural. No *Objetivo nº 6, Reforço da cooperação cultural e científica e desenvolvimento de projetos culturais ao serviço do de desenvolvimento*, encontra-se explicada a definição da Casa e sua função: *"Uma das razões que explica a tradicional ausência de uma verdadeira ação externa global e harmonizada de Espanha em África surge do desconhecimento, por parte da sociedade espanhola, das realidades culturais do continente africano (e vice-versa, uma vez que se poderia dizer a mesma coisa relativamente à diversidade cultural de Espanha. Atendendo à evolução do conhecimento e valorização mútuos, a facilidade de comunicação e transmissão de informação, o desenvolvimento do turismo espanhol em países africanos e a crescente presença de cidadãos africanos (ou de origem africana) em Espanha fazem com que o governo espanhol considere, como um dos objetivos da sua ação externa na região subsariana, a proximidade de Espanha e África. Assim, a inauguração da Casa África na região de Las Palmas de Gran Canaria, em 2006, constitui um vetor fundamental nesta secção"*. Além disso, será feita referência, mais adiante, a importância do desenvolvimento da atividade destinada à integração da



diáspora africana residente em Espanha.

Neste *I Plano África*, a diplomacia pública define-se como *“uma via de ação externa estabelecida pela administração espanhol e promovida como uma das funções mais importantes dos serviços externos de Espanha. Tal como a diplomacia tradicional trata principalmente das relações entre governos, também a diplomacia pública, por sua vez, destina-se à opinião pública em países de terceiro mundo, ao mundo empresarial e À sociedade civil. Graças a um desconhecimento diversificado das realidades atuais, a diplomacia pública abrange um especial interesse na relação de Espanha com os países subsarianos. Além disso, o fenómeno da imigração (legal ou ilegal) tem gerado uma imagem distorcida ou limitada de vários países subsarianos em Espanha e vice-versa”*.

Posteriormente, a 26 de junho de 2006, a Casa identifica-se como uma Entidade Direito Público, sob a figura de consórcio público, de carácter administrativo e com personalidade e capacidade jurídica particulares. O seu funcionamento e atividade regem-se pelo disposto nos Estatutos, em que o mandato geral define-se da seguinte forma: *“[...] gestão de ações de formação e atividades socioculturais, institucionais e de apoio à cooperação e desenvolvimento económicos [...]”*. Assim, o seu propósito é melhorar as relações entre Espanha e África (em particular, África Subsariana). A Casa apresenta-se igualmente como um espaço de encontro e reflexão que, através da divulgação de atividades científicas, educativas, académicas,

institucionais, culturais, económicas e cooperativas, visa o desenvolvimento mundial das relações entre Espanha e África.

Após alguns anos já a exercer a sua atividade, o MAUC apresentou o *II Plano África* (Governo de Espanha, 2009), onde está descrita a Casa África nos seguintes termos: *“A Casa África, criada no âmbito do Plano África 2006-2008, afirma-se, no presente plano, como um instrumento imprescindível da diplomacia pública espanhola e europeia nos países africanos. Devido ao seu elevado potencial e capacidade de espaço privilegiado de encontro, diálogo e conhecimento mútuos entre Europa, África e Espanha, a Casa África passa a beneficiar de uma maior importância e conteúdo no Plano África 2009-2012”*.

Durante os anos da crise económica espanhola (com início a 2008), a Casa África recebe instruções, por parte das suas entidades associadas, de proporcionar uma maior importância (no âmbito da diplomacia pública) à Diplomacia Económica e fortalecer a colaboração público-privada. Entre os anos de 2012 e 2014, a Casa África empenha-se duramente na criação de novas redes de colaboração, com a introdução de *think tanks* (espaços de reflexão), organizações não-governamentais, fundações ou associações com quem nunca trabalhara anteriormente. Entre os anos de 2012 e 2014, a Casa África empenha-se duramente na criação de novas redes de colaboração, com a introdução de *think tanks* (espaços de reflexão), organizações não-governamentais, fundações ou



associações com quem nunca trabalhara anteriormente.

iv. distinguir mundialmente Espanha como país avançado

Igualmente em 2012, Espanha colocou em marcha o projeto Marca Espanha que, tal como no caso de outros países, propunha-se a melhorar a imagem do país (uma melhor posição das suas empresas) e polir, a nível internacional, o seu estatuto (deteriorado devido aos problemas económicos). Em conformidade com o que está explicado na *Estratégia da Ação Externa* (Ministério de Negócios Estrangeiros, União Europeia e Cooperação, 2015), "O objetivo inicial era defender a discrepância entre a realidade do país -potencial económico, cultural, artístico e criativo (relativamente ao património histórico), nível tecnológico, sociedade solidária, capital humano, peso das suas multinacionais (no que toca a mencionar algumas variáveis) - e a sua representação - a sua "imagem" ou "estereótipo".

No presente documento, além das tradicionais prioridades da política externa espanhola, está reforçada a vertente da comunicação (a diplomacia pública, inclusive). Está concentrado, principalmente, em quatro eixos (todos, de uma forma ou outra, estão relacionados com a referida comunicação:

- i. coerência, eficácia e transparência da ação externa
- ii. desenvolvimento e difusão dos nossos valores e interesses
- iii. posicionar o cidadão no centro da política externa

De acordo com este documento, tanto a Marca Espanha como a diplomacia pública consideram-se importantes instrumentos no desenvolvimento dos interesses nacionais (perante a opinião pública dos países de terceiro mundo) com a aplicação de mútuo conhecimento e alianças com o objetivo final de uma maior influência no mundo.

O MAUC define diferentes entidades como instrumentos da Ação Externa em geral e, em particular, da diplomacia pública espanhola: a Rede de Casas, o Instituto Cervantes, os diversos Conselhos de Cultura, a Fundação Carolina e a mesmíssima Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Trata-se de entidades que, em muitos casos, apresentam outras tarefas complementares, além da diplomacia pública. A partir deste preciso momento, tanto a comunicação como as alianças e a influência afirmam-se como conceitos-chave na atividade da Casa África, bem como o seu papel como interlocutor na sociedade em Espanha e no estrangeiro. A Casa África introduz esta vertente no seu plano e, posteriormente, no seu segundo *Plano Estratégico 2015-2017*.

Um outro documento, intitulado *A Diplomacia Pública como desafio da Política Externa* (2014), é editado nesta altura, dado ser resultado de um seminário organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (e respetiva Academia Diplomática)



em conjunto com o *think tank* (espaço de reflexão) do Real Instituto Elcano. Aqui está explicado como a Rede de Casas da diplomacia pública rapidamente se converteu num "instrumento sólido e inovador da diplomacia pública, cuja atividade visa abranger praticamente todas as regiões do mundo. O plano das Casas inclui atividades de carácter cultural, científico e económico (com um papel de destaque na sociedade civil). Além disso, as Casas não são somente um exemplo de colaboração entre os diferentes níveis do Governo de Espanha, mas também de colaboração público-privada". Destaca-se igualmente a importância das redes e a influência da transformação digital neste tipo de trabalho.

Uma outra publicação, *A diplomacia espanhola perante um desafio digital*, do Gabinete de Informação Diplomática (2016), concentra-se, sobretudo, nos inevitáveis efeitos do desenvolvimento tecnológico na Ação Externa e na diplomacia pública, uma vez que as redes sociais possibilitam uma aproximação simples e clara dos agentes à política externa e facilitam conhecer melhor a opinião dos cidadãos. Entende-se, assim, como uma aprendizagem contínua e elemento-chave da reconhecida Diplomacia Digital (instrumento mais potente da diplomacia pública). Compreende-se também que o impacto da nova era digital "está muito mais além das reflexões sobre o nosso *"soft power"*. Correspondem igualmente à capacidade de fácil adaptação ao futuro, de modernização dos nossos

métodos e mentalidades, de uma maior flexibilidade da nossa parte, uma vez que se torna considerável mantermo-nos relevantes de uma ação externa cada vez mais democratizada, horizontal e sensível aos acontecimentos".

Em 2017, a Casa África propõe chegar a um acordo e registar a definição da sua própria diplomacia pública. Esta necessidade surgiu perante a ausência de referida definição nos Estatutos da entidade. A presente definição especifica detalhadamente a criação de:

1. relações
2. conhecimento
3. *goodwill* / património de marca (conforme descrito abaixo no seu terceiro Plano Estratégico).

Estes três objetivos procuram influenciar, como um todo, o seu público (africanos e espanhóis), para um melhor benefício das oportunidades que África tem para oferecer e estimular o desenvolvimento sustentável no continente (que, como sendo vizinho direto, têm um impacto direto em Espanha). Embora esta definição possa ter ajudado um pouco a realizar este tipo de trabalho, continuam a ser objetivos muito gerais e inquantificáveis.

Ao fim de sete anos (2019), o MAUC aprovou, finalmente, o *III Plano África*, denominado de *"Espanha e África: desafio e oportunidade"*. Na secção 3.1.3., *Reforço Institucional*, faz-se referência à Casa África e sua atividade: *"Aspira-se a uma*



*comunicação bidirecional: facultar o conhecimento das realidades em Espanha e, possivelmente, de Espanha como ponte com a Europa e a América Latina. Uma importante conquista é a intensa atividade da diplomacia pública desenvolvida pelas Casa (tanto pela Casa Árabe como, particularmente, pela Casa África, sediada nas Ilhas Canárias e que, em 2017, celebrou o seu décimo aniversário de existência). A Casa África, como um dos projetos mais emblemáticos da nova política africana em Espanha, abrange cinco importantes domínios de trabalhos: diplomacia pública, económica, cultural, digital e institucional. A Casa África contribui para gerar confiança em Espanha e no know-how das suas instituições, empresas e sociedade em geral, cujas atividades destinam-se a apresentar, à cidadania espanhola, a imagem positiva de uma África multifacetada, heterogénea e repleta de oportunidades, com uma visão atual, inovadora, criativa e empreendedora do continente”.*

Para a elaboração do Plano Estratégico da Casa África 2018-2021, foram utilizadas, à partida, as prioridades do *III Plano África* do MAUC (a Casa participou na elaboração deste último plano). Foi igualmente acordada a *Agenda 2030* das Nações Unidas, e seus *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, como referência máxima para com o seu compromisso internacional (documento aprovado e devidamente

assinado por Espanha, em conjunto com os restantes membros da ONU em 2015). Por último, a Casa incorporou ainda as prioridades das demais entidades associadas, uma vez que se considerou necessário promover as relações com África (Governo das Canárias e Câmara Municipal de Las Palmas de Gran Canaria), bem como as indicações da administração da Casa África, a sua própria experiência e o *know-how* acumulados e as necessidades dos cidadãos.

Durante a elaboração do presente Plano, procurou-se corrigir a falha detetada pelo Tribunal de Contas (relativamente aos objetivos do plano anterior - “*excessivamente genéricos e não quantificáveis*”. Como Plano Estratégico de uma entidade própria, descreve a *Missão* e a *Visão*, assim como orienta igualmente a atividade e os recursos económicos com base nos três *Objetivos Estratégicos*: 1) apoiar os processos da *Agenda 2030* e os do crescimento económico comum, 2) promover a Casa África e as Ilhas Canárias como espaço de encontro entre Espanha e África e 3) favorecer a criação de redes de contacto. Engloba igualmente quatro *Prioridades Transversais* e seis *Objetivos da Instituição*. Pela primeira vez, é apresentada uma relação detalhada dos serviços da instituição: os *Planos da Casa África*.

## **ANEXO IV: Programa-Quadro das temáticas de prioridade da Casa África e as Estratégias de Ação Externa de Espanha 2021-**



## 2024, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e Objetivos da Agenda 2063 da União Africana.



### Eixos Substantivos da Estratégia de Ação Externa 2021-2024 (Governo de Espanha)

- Planeta mais verde, mais sustentável e mais habitável
- Economia e sociedade global mais justa, mais equitativa e mais integrada
- Direitos humanos, democracia, segurança e feminismo
- Integração regional e multilateralismo fortalecido

<http://www.exteriores.gob.es/Portal/es/SalaDePrensa/EIMinisterioInforma/Documents/Proyecto%20Estrategia%20Accio%cc%81n%20Exterior%202021-2024.pdf>

### Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

1. Erradicar a pobreza
2. Erradicar a fome
3. Saúde e bem-estar
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de género



6. Água potável e saneamento
7. Energias renováveis e acessíveis
8. Trabalho digno e crescimento económico
9. Indústria, inovação e infraestruturas
10. Reduzir as desigualdades
11. Cidades e comunidades sustentáveis
12. Produção e consumo responsáveis
13. Ação Climática
14. Proteger a Vida Marinha
15. Proteger a Vida Terrestre
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes
17. Parcerias para a Implementação dos Objetivos

<https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

### **Objetivos da Agenda 2063**

1. Um padrão de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos.
2. Cidadãos bem-educados e revolução de competências apoiada pela Ciência, Tecnologia e Inovação.
3. Cidadãos saudáveis e bem nutridos.
4. Economias transformadas.
5. Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção.
6. Economia azul / oceano para um crescimento económico acelerado.
7. Economias ambientalmente sustentáveis e resistentes às alterações climáticas.
8. Estados Unidos da África (Federais ou Confederados).
9. Instituições Financeiras e Monetárias Continentais implementadas e funcionais.
10. África com infraestruturas cruzadas de classe mundial.
11. Valores democráticos, práticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do Estado de direito bem estabelecidos.
12. Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas.
13. Preservação da Paz, Segurança e Estabilidade.
14. Uma África estável e pacífica.
15. Uma APSA [Arquitetura de Paz e Segurança Africana] totalmente funcional e operacional.
16. Renascimento cultural africano é preeminente.
17. Plena igualdade de género em todas as esferas da vida.
18. Jovens e crianças envolvidos e capacitados.
19. África como parceiro importante nos assuntos globais e coexistência pacífica.



20. A África assume plena responsabilidade de financiar o seu próprio desenvolvimento.

[https://au.int/sites/default/files/pages/33794-file-agenda\\_2063\\_portuguese\\_final\\_revised\\_first\\_ten\\_year\\_implementation\\_plan\\_12\\_10\\_15\\_portuguese.pdf](https://au.int/sites/default/files/pages/33794-file-agenda_2063_portuguese_final_revised_first_ten_year_implementation_plan_12_10_15_portuguese.pdf)